

Cumplicidade ou participação ativa? O sector financeiro e as agências estatais durante a última ditadura civil-militar Argentina

Gonzalo Gutierrez Garbiero¹

Resenha do livro:

La dictadura del capital financiero: el golpe militar corporativo y la trama bursátil / Bruno Nápoli; Celeste Perosino; Walter Alberto Bosisio. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Continente, 2014. 336 p.

O livro *La dictadura del capital financiero: el golpe militar corporativo y la trama bursátil* é resultado de um processo de pesquisa de três anos, coordenado por três investigadores com formação em diferentes disciplinas das ciências sociais: Bruno Napoli, historiador especializado em história recente com ênfase na última ditadura militar; Celeste Perosino, doutora em antropologia e filosofia, membro da Equipe Argentina de Antropologia Forense; e Bosisio, sociólogo especializado em sociologia econômica e desenvolvimento econômico.

Esta pesquisa inscreve-se nos estudos sobre as políticas econômicas da última ditadura militar na Argentina, tendo como antecedentes os textos de Basualdo, Aspiazu, Khavisse, Schvarzer e Rapoport, entre outros. No entanto, diferente desses autores, este livro se debruça sobre os atores do setor financeiro que não haviam sido estudados em profundidade até o momento. Uma das principais contribuições do livro está na ruptura da noção de cumplicidade civil

1 Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires – Buenos Aires – Argentina - gutierrezgarbiero@gmail.com

para pensar os vínculos entre os civis e os militares através da apresentação de fatos e documentos que avaliam uma caracterização diferente.

A pesquisa realizou-se a partir da criação da *Oficina de Coordinación de Políticas de Derechos Humanos. Memoria, Verdad y Justicia* na *Comisión Nacional de Valores*, sob a presidência de Alejandro Vanoli, em novembro de 2011. Os primeiros resultados, que se constituem em antecedentes deste livro, foram publicados em 2013 sob o título *Economía, política y sistema financiero. La última dictadura cívico-militar en la CNV*. A criação de um escritório orientado à investigação dos fatos acontecidos na última ditadura militar da Argentina relacionados ao sistema econômico e financeiro, formado por um grupo interdisciplinar em uma instituição chave na regulação do mercado de capitais, é um fato político em si mesmo. Nesse sentido, as condições da pesquisa remetem às políticas de direitos humanos implementadas durante a última década e, especificamente, ao conhecimento público de arquivos documentais que permaneciam ocultos.

A partir da análise sistemática e exaustiva dos documentos encontrados na CNV junto aos arquivos de outros organismos, os autores se propuseram a reconstruir a trama de decisões de políticas públicas durante a última ditadura, procurando transpassar esses espaços opacos que dão conta da participação civil direta e ativa durante esse período.

Junto aos arquivos da CNV – atas, resoluções, reconstrução da trajetória de seus membros e referências à revista *Transparência* – na pesquisa estão incluídos documentos da *Comisión de Asesoramiento Legislativo (CAL)* encontrados no Edificio Cóndor no ano 2013, arquivos do Banco Central (BCRA), do Banco Nación (BNA) e da Bolsa de Comercio (BCBA). O cruzamento de todos esses documentos permitiu reconstruir o acionar dos atores civis e militares, atingindo um aporte novedoso ao estúdio da última ditadura militar, tanto em aspectos empíricos como teóricos. No entanto, os resultados da pesquisa não se limitaram ao campo acadêmico, implicando também na colaboração com a justiça em casos específicos – como o ajuizamento de Juan Alfredo Etchebarne -, demonstrando a utilidade das ciências sociais no campo judicial. Além do estudo do arquivo, a investigação foi complementada com entrevistas realizadas a algumas das vítimas do setor financeiro e econômico.

O livro se destaca pelo esforço em conciliar os olhares macro e micro dos acontecimentos, isto é, dá conta do acionar dos sujeitos nos processos coletivos e institucionais. Desta forma, o estudo do período combina a análise histórica geral com a abordagem empírica e específica dos atores. Assim, o livro é atravessado por momentos de reflexão teórica e histórica, e outros onde são

analisados sistematicamente os dados coletados nos distintos documentos que constituem o principal aporte da pesquisa realizada.

Levando em consideração o material bibliográfico utilizado, parece evidente a caracterização da última ditadura como um processo de quebra social, político e econômico, que resultou em um novo modelo de acumulação de capital a partir da valorização financeira. Nesse sentido, os autores fazem referência aos aportes dos autores mencionados anteriormente. Devido à inexistência de um aparato bibliográfico, as referências devem ser rastreadas durante a leitura.

O livro é estruturado em quatro seções, além de um texto dos editores Penisi e Cangì, do prólogo de Alejandro Vanoli e de dois textos introdutórios dos autores do livro: *Ajuste de contas e Introdução*. Na primeira seção são apresentados os delineamentos teóricos e os principais conceitos que estruturam a investigação, com referências à política econômica e às principais leis sancionadas durante o período. Na segunda seção é avaliado o papel protagônico das entidades do sistema financeiro e sua ativa participação na ditadura militar. A terceira seção faz referência à luta contra a subversão econômica através da apresentação de casos específicos do acionar dos organismos do Estado e de suas vítimas. A quarta seção trata da análise das empresas e empresários da ditadura. No último capítulo, são apresentadas as conclusões.

A primeira seção, intitulada Marco da análise, é formada por três capítulos. No primeiro deles, os autores debatem a periodização e a caracterização da última ditadura militar e incorporam conceitos-chave para compreender a dinâmica do período. No que diz respeito à periodização, propõem ampliar o período analisado com o objetivo de dar conta da legislação sancionada no período democrático anterior ao golpe de Estado, como a Lei de Seguridad Nacional de 1974, e para abarcar as mudanças econômicas que levaram à financeirização da economia e à primarização das estruturas produtivas. Assim, propõem compreender o processo desde meados dos anos setenta até os anos noventa, estabelecendo uma continuidade entre a políticas econômicas adotadas pelos ministros de economia Celestino Rodrigo (1975), José Alfredo Martínez de Hoz (1976-1981) e Domingo Felipe Cavallo (1991-1996), junto às carreiras cambiais e desvalorizações durante o governo de Alfonsín (1983-1989) e à administração de diretores de Bunge & Born no Ministério de Economia (1989).

Em relação à caracterização do período, os autores propõem, em lugar de ditadura militar, a noção de *ditadura cívico militar corporativa concentrada*. Isto se deve ao fato de que consideram que o termo *cívico* é muito geral e invisibiliza os atores que participaram de forma direta na tomada de decisões. Por isso, o termo *corporativa* tem a intenção de incluir aos membros das corporações

– grupos concentrados da economia local e estruturas hierárquicas eclesíásticas
– como participantes diretos e não meros colaboradores ou cúmplices, enquanto o termo *concentrada* se refere às cúpulas dessas corporações. Desse modo, a categoria ditadura cívico militar corporativa concentrada tem como objetivo tornar visível a participação ativa e direta de civis na tomada de decisões, junto às hierarquias militares.

Além dessas considerações relativas ao período e a sua caracterização, os autores propõem a noção de normalidade fraguada, que se refere às disposições legais que permitiram legitimar ações que em outro marco teriam sido ilegais ou ilegítimas. Assim, as mudanças dos quadros regulamentares apresentaram-se de maneira legal, aparecendo como uma normalidade burocrática legalizada, embora escondendo uma normalidade fraguada. Isto significa que os autores retomam a noção do fraguado que caracterizava os enfrentamentos para mostrar que tem sido utilizada no campo legislativo com o objetivo de garantir a normalidade à realidade política e econômica da administração burocrática do Estado. Neste ponto, a Comissão de Assessoramento Legislativo foi o dispositivo processual que gerou as modificações normativas e, portanto, a partir da análise de seus registros, podem-se observar os tecidos de atores participantes, os conflitos de interesse e os pressupostos ideológicos envolvidos.

No segundo capítulo é analisada a política econômica-financeira e a mudança no mercado de capitais, tendo em conta o período de análise proposto. Depois de algumas referências à situação política da década de sessenta, as características do debate econômico no início dos anos setenta e as mudanças no mercado mundial, assinalam o giro econômico implementado por Celestino Rodrigo, fugaz ministro de economia entre junho e julho de 1975. As principais medidas de seu programa econômico – desvalorização do peso, incremento dos preços dos combustíveis e do transporte – geraram uma pronunciada queda do salário real.

Depois do golpe de Estado, o novo plano econômico implementado implicou o abandono do modelo de substituição de importações e o início de um modelo de acumulação de capital baseado na valorização financeira. Em outras palavras, a abertura comercial através da desregulamentação aduaneira afetou as pequenas e médias empresas, desarticulando o espaço industrial e produzindo um processo de concentração e centralização do capital. Simultaneamente, a liberalização da conta capital, uma política monetária restritiva, o modelo da tabela cambial, e a liberalização das taxas de juros conduziram à centralidade do sistema financeiro. A essas políticas somou-se o programa de privatizações periféricas a partir da terceirização de certas atividades que passaram do Estado

ao setor privado e um plano de obras públicas contratando determinados fornecedores, dando lugar à chamada pátria contratista.

Durante os primeiros anos deste plano econômico, houve aumento da dívida privada. A partir de 1979 o crescimento exponencial foi o da dívida pública, o que conduziu a uma crise econômica em 1981. Como resposta à crise da dívida privada, implementou-se a política de seguros de câmbio, pela qual o Estado assumiu a responsabilidade da diferença das dívidas privadas em moeda estrangeira. Os autores sustentam que tratou-se de um processo de socialização das perdas, levando ao surgimento da denominada pátria financeira.

Quanto aos atores, afirmam que as Forças Armadas contaram com o apoio da grande burguesia nacional -o grande capital agrário e o grande capital industrial concentrado interno-, as multinacionais e o capital financeiro internacional, os pequenos e médios produtores rurais e industriais, a burguesia sindical, a Igreja conservadora e os partidos políticos tradicionais.

Como resultado dessas políticas se produziu uma significativa redistribuição do ingresso dos setores assalariados ao conjunto dos não assalariados através da queda do salário real, o redimensionamento do mercado laboral, a deterioração das condições laborais e o aumento do tempo de trabalho. Assim, alterou-se a estrutura econômica de acordo com os interesses do novo poder econômico dominante.

O terceiro capítulo tem como foco as modificações dos quadros legais que permitiram a mudança da matriz de acumulação de capital. Entre elas destaca-se, antes da ditadura, a Lei de Seguridade Nacional de 1974, que implicou a possibilidade de punir delitos que se cometem para atingir postulados ideológicos, impondo assim em seu próprio texto a ideia do político como não ideológico.

Durante o período ditatorial, os autores analisam três leis que consideram centrais no que diz respeito à organização da economia nacional: a Lei de Inversões Estrangeiras de 1976, a Lei de Descentralização dos Depósitos e a Lei de Entidades Financeiras, ambas de 1977. Analisadas em conjunto, estas leis fortaleceram a centralidade do sistema financeiro em detrimento dos setores produtivos e da regulação do Estado na economia.

Na segunda seção, composta por dois capítulos, são abordadas as instituições do setor financeiro e sua participação ativa durante o período selecionado. No capítulo quarto, são apresentadas o organograma da Comissão Nacional de Valores com o fim de expor a direção conjunta entre civis à frente do organismo e representantes das FFAA em seu diretório. Destaca-se a análise da trajetória e dos discursos de Juan Alfredo Etchebarne, as continuidades no organismo antes e depois da ditadura, e as ações concretas do organismo sobre corretores e

instituições financeiras. Entre as fontes utilizadas encontram-se os documentos do organismo e as edições da revista *Transparência*.

No quinto capítulo, são analisados em conjunto o acionar da Bolsa de Comercio de Buenos Aires, o Banco Nacional de Desenvolvimento, o Banco da Nação Argentina e a Comissão Nacional de Valores, com o objetivo de expor a rede de relações destas entidades. A principal fonte de informação foram as memórias da BCBA que colocaram em evidência o papel que jogou como âmbito de articulação de poder durante a ditadura e seu papel de plataforma democrática desde 1983.

Na terceira seção os autores abordam a luta contra a subversão econômica possibilitada pela Lei de Seguridade Nacional de 1974. No marco desta normativa empresários e financistas foram sequestrados e se tiraram seus bens, utilizando o aparato repressivo do Exército e da Divisão de Bancos da Polícia Federal Argentina, mais conhecida como Polícia Bancária. No sexto capítulo, por meio da análise de casos, os autores dão conta do acionar repressivo sobre determinados atores do sistema financeiro. No sétimo capítulo, analisam em profundidade o caso do Banco de Hurglingham, enquanto no capítulo oitavo abordam outros empresários e financistas sequestrados, distinguindo entre os ligados ao capital produtivo e aqueles vinculados ao capital financeiro.

Na quarta seção os autores abordam empresas e empresários vinculados à ditadura. No nono capítulo analisam historicamente o roteiro de Austral Líneas Aéreas S.A., que pode-se resumir como um *continuum* que relaciona os termos estatização-saneamento-reprivatização. No décimo capítulo, os autores apresentam o papel de Acindar S.A. na repressão e enriquecimento, com ênfase nos fatos ocorridos na planta de Vila Constitución. Além disso, reconstróem a trajetória do General López Aufranc, quem assumiu a presidência da empresa em substituição de Martínez de Hoz, e mostram o compromisso de Acindar com a ditadura através da análise das memórias da empresa. No décimo primeiro capítulo é feita uma breve análise das cinquenta empresas mais importantes que cotizaram na praça financeira entre 1975 e 1980, com a finalidade de traçar um mapa e estabelecer as práticas sistemáticas e as regularidades do acionar da ditadura nessas empresas, seja a favor ou contra elas. No décimo capítulo, a atenção está dirigida ao roubo aos desaparecidos como base para a criação de empresas e financeiras, considerando as redes de dinheiro destinado ao financiamento de repesores prófugos como Astiz e Vildoza.

Por último, nas conclusões, os autores retomam as principais contribuições da pesquisa: a caracterização da política econômica da ditadura e o acionar particular da CNV e outros organismos estatais no sistema financeiro. Por fim,

apresentam os núcleos de reflexões em debate: o laço entre repressão e desempoderamento -roubo e sequestro a empresários, roubo a desaparecidos e perseguição a empresas- e o estatuto das vítimas do setor econômico e financeiro.

La dictadura del capital financiero: el golpe militar corporativo y la trama bursátil constitui-se em um novo e bem fundamentado aporte aos estudos da última ditadura militar argentina, que ilumina por meio da utilização de fontes documentais um dos espaços mais opacos da sociedade: o setor financeiro e os organismos estatais a ele vinculados. É justamente na sistematização e análise documental que se encontra a riqueza desta pesquisa, tornando-se num texto de consulta para aqueles que trabalham estes temas.

Recebido em 11/06/2017

Aprovado em 30/06/2017

Como citar esta resenha:

GARBIERO, Gonzalo Gutierrez. Cumplicidade ou participação ativa? O sector financeiro e as agências estatais durante a última ditadura civil-militar Argentina. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 7, n. 2, jul.- dez. 2017, pp. 507-513.